

Plenário retoma votações examinando medidas provisórias

Além de cinco MPs, senadores podem decidir amanhã sobre projetos como o que beneficia empresas de informática

O Plenário do Senado deve promover amanhã as primeiras votações do segundo semestre legislativo, analisando cinco medidas provisórias que trancam a pauta. Também serão examinados outros nove itens, como o projeto que prorroga até 2019 a redução do IPI concedida às empresas de informática. Ainda amanhã, os líderes partidários se reunirão com o presidente do Senado, José Sarney, para definir os projetos que terão prioridade para votação até as eleições municipais.

Página 3

Comissões podem ouvir Meirelles e Casseb em sessão conjunta

Página 5

Reforma do Judiciário pode ser finalizada

É possível que o Senado finalize a votação da reforma do Judiciário durante o esforço concentrado. Os líderes partidários definem amanhã a pauta de votações do período, e a proposta de emenda pode ser incluída.

Página 3

Projeto das parcerias público-privadas não foi incluído na pauta da CAE

Página 3

Comissão de Educação discute amanhã a Lei de Biossegurança

Senador Osmar Dias, o relator, defende o uso de células embrionárias para fins terapêuticos.

Página 4

Especial Cidadania traz direitos do paciente

Qualquer pessoa que se vir diante de uma suspeita de imperícia, negligência ou imprudência de médico ou outro profissional de saúde deve buscar seus direitos. Leis e códigos de ética profissional definem procedimentos adequados e punições.

Página 8

Todos os cidadãos têm direito a cuidados médicos e atendimento digno nas instituições de saúde



Peter Illiciev/Florenz



NOVOS TEMPOS Projeto de Mercadante altera Estatuto da Criança e do Adolescente

Pode mudar classificação etária para espetáculos

A classificação de faixas etárias para cinema, vídeo, espetáculos e DVD somente se aplicará a menores de 16 anos de idade e não mais a menores de 18 anos, conforme projeto de lei apresentado pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). O projeto (PLS 128/04), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, já se encontra para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mercadante observou, na justificativa da proposta, que o adolescente de 16 anos é considerado relativamente capaz, estando autorizado a realizar atos muito mais complexos, como o de votar. Por isso, o senador manifestou estranheza com o fato de que os jovens entre 16 e 17 anos sejam impedidos de assistir, por exemplo, a uma peça teatral que tenha restrição de idade.

O senador lembrou que, com o advento da Internet, qualquer jovem pode ter acesso a obras audiovisuais, e que as restrições impostas a filmes, por exemplo, não surtem nenhum efeito, além de causarem prejuízo aos proprietários das salas.

■ Regras para agências reguladoras, combate ao trabalho escravo e Lei de Falências são prioridade

O Projeto de Lei 3.337/04, que fixa regras para a ação das agências reguladoras, e a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que dispõe sobre o trabalho escravo, estão entre as cinco matérias que a Câmara dos Deputados tentará votar neste mês. Para isso, a Casa realizará em agosto dois períodos de esforço concentrado. O primeiro deles, já nesta



OBJETIVO O ministro Aldo Rebelo participou de encontro que definiu agenda do Plenário da Câmara

semana. O outro, na última semana do mês.

Em reunião realizada na quinta-feira passada, o ministro da

Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), definiram que também terão prioridade de votação as seguintes proposições: o Projeto de Lei 4.376/93, que trata da Lei de Falências; o Estatuto da Igualdade Racial (PL 6.912/02); e o PLP 183/04, que regulamenta o uso das Forças Armadas no território nacional e em áreas de fronteira.

Todos os líderes dos partidos que apoiam o governo foram orientados a convocar suas bancadas, de modo a garantir quórum para a votação. A estratégia tem o objetivo de fazer

frente à ameaça da oposição de obstruir a pauta. Os partidos opositoristas querem, assim, pressionar o Executivo a afastar os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, Henrique Meirelles e Cássio Casseb, que são acusados de praticar irregularidades fiscais. Para o deputado Professor Luizinho, contudo, tal ameaça não surtirá efeito sobre o andamento das votações.

O problema é que, na Câmara, a pauta já está obstruída por duas medidas provisórias que precisarão ser votadas para que os deputados possam deliberar sobre as matérias consideradas prioritárias pelo governo.

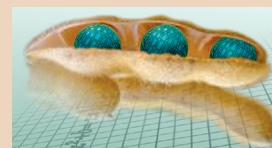
Agenda

Plenário faz sessão não deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa. Não haverá votação de proposições. Entre os oradores inscritos para discursar na tribuna estão os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Amanhã, o Plenário começa a analisar medidas provisórias que trancam a pauta de votações.

Comissão de Educação pode votar Lei de Biossegurança

A Comissão de Educação reúne-se amanhã, às 11h. O principal item da pauta é a Lei de Biossegurança (PLC 9/04), que normatiza o uso de organismos geneticamente modificados, os transgênicos, cria o Conselho Nacional de Biossegurança e reestrutura a já existente Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).



Dívida ativa de municípios

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã às 10h, projeto (PRS 57/03) que dá às instituições financeiras a responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos municípios.

Indicação para a Anvisa

Na quarta-feira, às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute a indicação de Dirceu Raposo de Mello para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entre outros itens.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Estudo analisa políticas públicas sobre combate à fome

A Consultoria Legislativa do Senado Federal (Conleg) está lançando mais um número da série *Textos para Discussão*, que é formada por estudos elaborados por seu corpo técnico sobre temas econômicos, sociais e jurídicos. O texto que está sendo lançado é de autoria do consultor João Bosco Bezerra Bonfim e tem como título "As políticas públicas sobre a fome no Brasil".

No estudo, Bonfim faz uma análise do debate que é travado no país em torno da fome. Segundo o autor, o trabalho "pretende investigar o que já se disse sobre a fome no Brasil, seja na esfera governamental, seja fora dela. Portanto, não é um estudo sobre a fome, mas sobre esta como objeto de discurso". O texto de 33 páginas pode ser acessado na página da Consultoria na Internet (www2.senado.gov.br/conleg/institucional.htm).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Reforma do Judiciário deverá ter prioridade

O Senado poderá finalizar a votação da reforma do Judiciário dentro do esforço concentrado do Congresso. Amanhã, o presidente José Sarney define com os líderes da Casa a pauta de votações e a previsão é de que a proposta que trata da reforma (PEC 29/00) seja incluída. Ainda faltam votar em segundo turno os 162 destaques.

Caso a matéria seja aprovada, parte dela já poderá ser promulgada e outra parte terá que voltar à Câmara, pois sofreu modificações dos senadores.

Para permitir a promulgação parcial da PEC, o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), desmembrou o texto em propostas diferentes. A primeira poderá ser promulgada e a segunda, que contém modificações, precisa voltar à Câmara. Outras três PECs, que

também serão enviadas aos deputados, apresentam dispositivos novos, não previstos no texto original.

Com a promulgação, que será feita pelas Mesas das duas Casas, encerra-se importante etapa do processo de modificação do Judiciário, iniciado em 1992, com proposta do então deputado Hélio Bicudo. Os 12 anos de tramitação refletem a complexidade das alterações. Entre os dispositivos que podem entrar em vigor ainda este ano estão a súmula vinculante e o controle externo do Judiciário.

José Jorge inovou ao incluir no texto um artigo criando a súmula impeditiva de recurso, que impossibilita recursos contra decisões de primeira instância em temas sobre os quais já existam pronunciamentos do STJ e do TST.

Plenário retoma votações e tem cinco MPs em pauta

Se concluir exame das medidas provisórias, sessão de amanhã poderá apreciar outros nove itens

O Plenário do Senado deve realizar amanhã as primeiras votações deste segundo semestre, examinando cinco medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta. Também serão apreciados outros nove itens, entre eles projeto que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de informática.

Uma das MPs abre crédito de R\$ 100 milhões aos ministérios, para atividades como a instalação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima nos principais portos do país (MP 184/04). Parte do dinheiro será usada na compra de lanchas e armamentos para defesa dos portos do país.

Outra medida provisória estende às pessoas com idade acima de 60 anos o recebimento, em parcela única, da correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referente aos planos Collor 1 e Verão, desde que tenham assinado termo de desistência de ação judicial para receber o dinheiro (MP 185/04).

A terceira medida, trans-



Roosevelt Pinheiro

ENTENDIMENTO Matérias que terão prioridade na agenda do Plenário serão definidas amanhã, em reunião entre Sarney e líderes partidários

formada em projeto de lei de conversão (PLV 41/04), faz alterações no Programa Nacional do Primeiro Emprego, corrigindo problemas que desestimularam as empresas a contratar jovens de 16 a 24 anos (MP 186/04). A MP aumenta o subsídio oferecido às empresas e elimina a exigência de que elas não reduzam o número de empregados nos 12 meses seguintes. Agora, exige-se que a empresa não tenha diminuído o quadro de funcionários nos 12 meses anteriores à adesão ao programa.

As outras duas MPs (187/04 e 188/04) fazem mudanças na forma de remuneração dos militares que integram tropas em missão de paz e abrem um crédito de R\$ 167 milhões ao Ministério da Defesa, para gastos com soldados enviados ao Haiti e ao Timor Leste.

Depois de votadas as MPs, o Plenário deve examinar substitutivo de Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto da Câmara que trata da chamada "linguagem inclusiva", para o tratamento igualitário entre mulheres e homens na legislação e nos documentos oficiais.

Também estará em votação substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto que determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) dê atendimento gratuito às pessoas "no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas". A proposta original mencionava especificamente saúde odontológica.

Ainda amanhã, os líderes partidários se reunirão com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir a pauta de projetos que terão prioridade e devem ser votados até as eleições de outubro próximo.

Falta de acordo impede exame das parcerias

Ainda sem acordo entre os líderes, o governo não conseguiu incluir na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que disciplina os contratos e o funcionamento das parcerias público-privadas (PPPs), considerado pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), como "matéria indispensável" na pauta de votações do esforço concentrado.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) não apresentou à CAE seu novo relatório sobre o projeto das PPPs, que analisa as duas últimas emendas encaminhadas à comissão, totalizando 66 até agora. A primeira reunião da CAE após o recesso parlamentar deverá examinar cinco projetos não terminativos e os requerimentos dos senadores



Roosevelt Pinheiro

PARECER Comissão aguarda novo relatório de Raupp, que analisa as duas últimas emendas apresentadas

Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (PFL-RN) para ouvir os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb (ver matéria na página 5).

Como a pauta do Senado ainda precisa ser desobstruída, o que poderá ocorrer na

sessão deliberativa do Plenário, à tarde, a CAE não terá como apreciar 18 projetos terminativos que estão prontos para ser votados na reunião da comissão, prevista para as 10h. O primeiro item a ser examinado será o projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui os portadores da hepatite C e da hepatite B, em sua forma crônica, entre os contribuintes isentos do Imposto de Renda. Se aprovada na CAE, a proposta deverá ir direto ao Plenário.

A CAE também deve votar relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI), favorável ao projeto de Agripino, que permite estágio remunerado em empresas e universidades, financiado parcialmente com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O que pode ser promulgado

Súmula vinculante	Instrumento pelo qual uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada por oito dos seus membros, terá que ser obrigatoriamente seguida pelos demais juizes do Poder Judiciário. A medida é voltada, principalmente, para os juizes de primeira instância (federal ou estadual), que terão que seguir as posições adotadas pelo Supremo. Na prática, a súmula vinculante reduz o número de recursos na Justiça brasileira, uma vez que 80% das causas julgadas no STF se referem a apelações de instâncias inferiores.
Conselho Nacional de Justiça	Instância que executará o controle externo do Judiciário. Será composto por 15 integrantes, nomeados pelo presidente da República após aprovação dos nomes no Senado. Treze membros são oriundos do Poder Judiciário e do Ministério Público. Os outros dois são cidadãos indicados pelas duas Casas do Poder Legislativo. Entre as atribuições do conselho está a de receber reclamações e denúncias contra membros do Judiciário (juizes ou servidores), podendo aplicar sanções disciplinares, como remoção ou aposentadoria. A União criará em todos os estados Ouvidorias de Justiça para receber as denúncias.
Conselho Nacional do Ministério Público	Instância similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltada para as ações de procuradores da República. Será composto por 14 membros, incluindo dois cidadãos indicados pelo Legislativo.
Composição do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	O TST vai ganhar dez novos ministros, subindo para 27 o número de magistrados. Além disso, cresce o número de ações que poderão ser julgadas no TST, como <i>habeas corpus</i> , penalidades administrativas e ações relativas a representação sindical.
Varas do Trabalho	A quantidade de juizes deverá levar em conta a demanda judicial local. Ou seja, o número de magistrados deve aumentar, principalmente nos lugares onde as disputas judiciais são maiores.
Quarentena para magistrados	A reforma prevê que juizes de direito poderão atuar como juizes trabalhistas nos municípios não cobertos por varas trabalhistas.
Federalização de crimes contra direitos humanos	Os juizes e desembargadores não poderão exercer a advocacia após a aposentadoria ou exoneração, nos locais onde trabalharam, antes de decorridos três anos. Hoje é comum um juiz se aposentar e atuar como advogado no mesmo fórum em que exercia o juízo.
Defensorias públicas	Os crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CAS vota projeto que aumenta letra de bula

Entre os 13 projetos que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota na reunião da manhã da próxima quarta-feira está o que determina que as bulas de medicamentos não serão impressas com tamanho inferior ao padrão fonte 12, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O projeto de lei, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem voto favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A proposta está em decisão terminativa na comissão.

Também em decisão terminativa está o projeto de lei que regulamenta a profissão de ortoptista, que trata da "pesquisa, prevenção, diagnóstico e tratamento ortóptico dos distúrbios óculo-sensório-motores". O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou texto substitutivo ao original, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Entre as modificações propostas por Arns está a obrigatoriedade de supervisão médica para o trabalho do ortoptista.

Outros três projetos tiveram substitutivos aprovados pela comissão e terão amanhã turno suplementar.



LEITURA Parecer de Azeredo a projeto de Tuma diz que letras não terão padrão inferior à fonte 12



MUDANÇAS Senadores da CE apreciarão as modificações propostas pelo relator, Osmar Dias, ao projeto da Câmara

Comissão de Educação examina Biossegurança

■ O relator Osmar Dias avalia que projeto só será votado em 2005 devido às eleições de outubro deste ano

A Comissão de Educação (CE) retoma seus trabalhos com a realização de uma reunião extraordinária amanhã, a partir das 11h, para apreciar, entre outros itens, o Projeto de Lei da Câmara 9/04, a chamada Lei de Biossegurança. O relator da matéria é o senador Osmar Dias (PDT-PR), que apresentou parecer favorável.

O parecer modifica o projeto em dois pontos principais: a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) passa a ter competência para deliberar sobre pesquisas e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e fica permitida a utilização de células embrionárias, não usadas em processo de fertilização *in vitro*, para fins terapêuticos. Osmar Dias avalia que o projeto não deverá ser

votado este ano, em função do calendário eleitoral.

– Vou apresentar o parecer nesta terça-feira, mas o relatório precisará, ainda, ser analisado nas Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, para depois ser votado no Plenário – explicou o relator. Além disso, lembrou ele, se as modificações forem aprovadas, o projeto voltará à Câmara dos Deputados.

O texto encaminhado ao Senado pelos deputados confere à CTNBio autonomia somente para aprovar projetos de pesquisa envolvendo transgênicos. Por pressão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e de ambientalistas, a comercialização ficaria a cargo dos órgãos de registro, licenciamento e fiscalização das áreas ambiental e de saúde.

Já a utilização de células-tronco para pesquisas foi descartada na Câmara, por pressão da Igreja Católica e da bancada evangélica. A proposta aprovada pelos deputados apenas reforçou as proibições quanto

às formas ilegítimas de intervenção nos tecidos celulares humanos.

A CE ainda apreciará o Projeto de Lei 7/04, do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que altera o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior, possibilitando que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais. A matéria tem parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Também será analisado pela CE o Projeto de Lei 462/03, do senador José Jorge (PFL-PE), que regulamenta o ensino a distância. O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou substitutivo favorável.

Outro projeto de lei a ser apreciado é o de nº 87/02, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que oferece garantias de privacidade aos usuários de programas de computador. O projeto tem parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Orçamento vê relatórios do TCU sobre obras públicas

A Comissão de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 15h, para examinar uma série de relatórios (avisos) emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativos a inspeções em obras executadas com recursos da União. Um desses relatórios trata das obras de reforço das torres do sistema de transmissão entre a usina de Itaipu e o estado de São Paulo.

Também será examinado relatório relativo às obras de construção de pontes nas BRs-319 e 364, em Rondônia, com o objetivo de avaliar a adequação dos projetos básicos licitados, em confronto com os respecti-



Vice-presidente da comissão, Efraim Morais participa da reunião

vos projetos executados, com ênfase nos preços orçados e contratados, e outras possíveis distorções. As obras de implantação do Projeto de Irrigação do Rio Preto, no Distrito Federal, estão igualmente em relatório a ser analisado pela comissão.

Ainda constam da pauta o relatório de atividades do TCU referente a 2003; o relatório de avaliação de receitas e despesas do primeiro bimestre de 2004 enviado pela Presidência da República; o relatório de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao ano de 2003; e o balanço patrimonial do Banco Central encerrado em 31 de março deste ano, além da demonstração do resultado do BC referente ao primeiro trimestre de 2004.

CCJ estuda proposta que limita salário de vereador

Com o objetivo de melhorar a qualidade do gasto público nos municípios e reforçar a área de segurança pública, uma das principais reivindicações da população, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar nesse segundo semestre proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador João

Batista Motta (PMDB-ES) que reduz os gastos com a remuneração dos vereadores.

Essa alteração no texto constitucional, segundo o senador, tem o propósito de direcionar os recursos para as guardas municipais.

“Sabe-se que há excessos nas verbas destinadas aos poderes legislativos municipais”, obser-

vou Motta na justificativa da sua proposta. “É desejável que os municípios dediquem-se mais ao cumprimento e execução das leis do que à criação de novos diplomas legais”, emendou.

A PEC 28/04, que aguarda na CCJ parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), fixa um limite constitucional

para a remuneração dos vereadores, que não poderá ultrapassar no total a 2,5% da receita do município.

Também reduz à metade os tetos da despesa do Legislativo municipal, depois de excluídos os gastos com os inativos, que estão estabelecidos na Constituição de acordo com o número de habitantes do município.



CRÍTICA Há excessos nas verbas para os legislativos municipais, segundo João Batista Motta

Suplicy: é normal a vinda de autoridades



Suplicy ressalta que compete ao Senado fiscalizar Executivo

O comparecimento do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ao Senado para prestar esclarecimentos sobre denúncias contra ele é considerado "normal" pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Isso porque, lembrou o senador em entrevista, compete ao Senado fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme prevê a própria Constituição.

Suplicy entende ainda que a presença de Meirelles no Senado para esclarecer as denúncias poderá colocar um ponto final na onda de acusações contra o presidente do BC, desde que o esclarecimento seja convincente.

O senador disse também que chegou a conversar com o presidente do Banco Central com o objetivo de tentar tranquilizá-lo sobre os esclarecimentos que prestará ao Senado.

Governo vaza informação, diz Heráclito



Heráclito: suspeitas sobre Meirelles não vieram da oposição

As denúncias de envolvimento do presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em remessa de recursos por meio de doleiros para o exterior não devem ser creditadas à oposição. A opinião é do senador

Heráclito Fortes (PFL-PI), para quem existe "um duto de vazamentos" de informações comprometedoras dentro do próprio governo.

Em resposta às acusações de que os dados sobre Meirelles teriam vazado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, Heráclito destacou que o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou que a CPI nunca teve acesso a essas informações, mesmo porque esses dados nunca chegaram ao colegiado.

Comissões podem ouvir Casseb e Meirelles em sessão conjunta

■ CAE deve votar amanhã três requerimentos de convocação dos presidentes do BC e BB

Os três requerimentos apresentados pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) para ouvir os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, sobre as denúncias de sonegação fiscal, evasão de divisas e irregularidades na concessão de verbas de patrocínio pelo BB serão votados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de amanhã, a partir das 10h. Os requerimentos foram subscritos também pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN).

As audiências poderão ser realizadas em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que já aprovou, na última quarta-feira, os requerimentos dos senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Duciomar Costa (PTB-PA)



SUSPEITAS A comissão vai decidir a vinda das duas autoridades do governo para explicar supostas irregularidades

para ouvir Meirelles e Casseb. A decisão dependerá de entendimentos entre os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Ney Suassuna (PMDB-PB), que presidem, respectivamente, a CAE e a CFC.

O presidente do BC deverá explicar as suspeitas de ter apresentado declarações de renda conflitantes ao fisco e à Justiça Eleitoral. Apesar de não constar do requerimento

de Sérgio Guerra, deverá ser também discutida na CAE a denúncia de que Meirelles teria remetido US\$ 50,67 mil de uma conta pessoal no banco norte-americano Goldman Sachs para uma conta corrente de doleiros que estão sendo investigados no Brasil por lavagem de dinheiro, fora a falta de registro dessa operação na sua declaração de Imposto de Renda de 2003.

Os outros dois requerimentos pretendem obter esclarecimentos de Casseb e sua equipe.

Sérgio Guerra e Agripino querem que também sejam convidados o diretor de Comunicação e Marketing do BB, Henrique Pizzolato, e o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Além deles, o requerimento solicita o comparecimento do presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães.

Caso dos cartões de crédito na CCJ

Dois requerimentos de informação dirigidos pelo PFL e pelo PSDB aos ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Fazenda, Antonio Palocci Filho, devem ser examinados nesta quarta-feira, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O primeiro, apresentado pelo senador José Jorge (PFL-PE), questiona a cessão de cartões de crédito a servidores da Presidência da República, enquanto o outro, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), interpela Palocci sobre financiamento do Banco do Brasil para a compra de computadores pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

As duas solicitações receberam pareceres favoráveis dos relatores, senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Paulo Octávio (PFL-DF), respectivamente. No pleito relativo aos cartões de crédito, Cabral recomenda que o Tribunal de Contas da União se manifeste previamente sobre o assunto no



Genaldino Magela

INTERPELAÇÃO Virgílio quer saber de Palocci as garantias oferecidas pelo PT na compra de computadores

prazo de 30 dias. Já o senador Arthur Virgílio solicita a complementação de dados sobre a operação do BB, referentes ao prazo de pagamento, à taxa de juros aplicada e às garantias oferecidas pelo empréstimo de R\$ 21,6 milhões.

Quatro projetos de resolução sugerindo alterações no Regimento Interno do Senado Federal também estão em pauta na CCJ. Em um deles, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propõe que seja interrompido o prazo para interposição de recurso para exame de matéria pelo Plenário quando houver medida provisória tramitando em regime de urgência.

Convocação de Maluf na pauta da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado tem reunião amanhã, às 13h, para votar requerimentos de convocação do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, do ex-diretor de Política Monetária do Banco Central Luiz Augusto Candiota e do ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo. Ao todo, são 52 requerimentos, incluindo a pauta que teve votação protelada desde junho, antes do recesso parlamentar.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), vai apresentar para ser votada uma carta rogatória para que seja ouvido, no Uruguai, o empresário João Arcanjo Ribeiro, a pedido do relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou por entendimento entre o senador Antero Paes de Barros e o deputado relator, com o que Antero concorda. As reuniões da CPI vinham sendo sistematicamente adiadas por falta de concordância entre o

presidente e o relator.

O requerimento de convocação do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco já está aprovado, e ele deverá falar sobre a aplicação das divisas do Brasil no exterior. Agora, além de Candiota e Casseb, há requerimentos de convocação a serem votados que incluem Beny Parnes, ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, e Geraldo Carbone, presidente do Banco de Boston.

Antero Paes de Barros chegou a denunciar, em junho, a convocação informal da CPI pelo relator, à revelia dele próprio, presidente da comissão. Por isso, Antero propôs no dia 6 de junho um código de conduta para reger os trabalhos da CPI.

– A primeira preocupação da CPI é não atingir a honra de pessoas honestas. A segunda é não permitir a impunidade. A terceira é propor uma legislação que evite fraudes na remessa de dinheiro para o exterior – disse, na ocasião.

Patrícia aponta êxito da CPI contra abuso de menores

■ Ela diz que apuração deu visibilidade a um tema antes "coberto pelo manto do silêncio e da impunidade"

Em mais de um ano de trabalho, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual (CPMI) ouviu mais de 800 pessoas, produziu um relatório com 200 sugestões de indiciamentos, desvendou rotas de tráfico de seres humanos e elaborou propostas de mudanças legislativas. Na avaliação da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI, o trabalho realizado por deputados e senadores da comissão deu visibilidade a um problema antes "coberto por um manto de silêncio e impunidade", mobilizando a sociedade e o poder público. Este é um dos temas abordados pela senadora em entrevista à Agência Senado.

Qual a expectativa a respeito dos encaminhamentos que devem ser feitos pela Justiça e pelo Ministério Público?

– A CPI da Exploração Sexual trabalhou arduamente por mais de um ano e levantou casos gravíssimos de violência contra crianças e adolescentes em todo o país. Nesse universo, há situações novas e outras que já eram de conhecimento da polícia, da Justiça ou do Ministério Público, mas que estavam paradas. Esperamos agora que essas autoridades abram, com a máxima urgência, novas frentes de investigação no que se refere aos casos que vieram à tona nas atividades da CPI e recomecem aquelas que se encontravam paralisadas. Acreditamos, sinceramente, que o relatório da comissão seja uma peça fundamental para dar fôlego redobrado à cruzada da Justiça, da polícia e do Ministério Público contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

E com relação à tramitação das propostas de mudança legislativa?

– Sabemos que neste segundo semestre o calendário do Congresso Nacional estará vinculado às eleições municipais. Mas temos uma boa expectativa em relação à discussão das nossas propostas, uma vez que as



PROPOSTAS Patrícia informa que uma comissão vai acompanhar providências

proposições oriundas de CPIs têm tramitação diferenciada no Congresso. É importante ressaltar que grande parte das sugestões apresentadas no relatório encontra respaldo na sociedade civil. Por isso, o nosso esforço para colocar em pauta essas propostas o mais rapidamente possível terá forte apoio das entidades engajadas na defesa dos direitos de crianças, adolescentes e mulheres.

Que políticas públicas podem ser implantadas para prevenir o problema? Basta o combate à pobreza?

– Constatamos, durante os trabalhos da CPI, que o fenômeno da exploração sexual é bastante complexo e não está ligado apenas a fatores como a pobreza e a exclusão social. Está relacionado também com problemas culturais como

o machismo e as relações de poder entre adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres, por exemplo. Portanto, o combate à exploração sexual deve ser feito com ações articuladas em várias áreas. É evidente que o enfrentamento da pobreza é essencial. Temos, porém, a convicção de que não basta incluir esses meninos e meninas em programas como o Bolsa-Família e o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Precisamos aprimorar esses instrumentos para que eles sejam realmente capazes de livrar milhares de crianças e adolescentes do mercado do sexo. Essas crianças merecem, assim como os filhos da elite, frequentar escolas de qualida-

de, ter acesso à Internet, a cursos de línguas, à prática de esportes, a diversão e a cultura.

Que avaliação a senhora faz dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito? A senhora acredita que o problema da exploração sexual infanto-juvenil terá a partir de agora a atenção das autoridades?

– Na minha opinião, obtivemos relevantes vitórias na CPI. Não me refiro apenas ao minucioso trabalho de apuração das denúncias que chegaram à comissão. Em mais de um ano de atividades, conseguimos uma grande mobilização da sociedade civil e do poder público em torno do combate à exploração sexual. Sem dúvida nenhuma, a CPI deu maior visibilidade a um tema que, infelizmente, ainda está sob o manto do silêncio e da impunidade. Uma prova de que começamos a quebrar os tabus que cercam o fenômeno da exploração sexual foi o grande número de denúncias que recebemos de todo o país (mais de 800). Isso mostra que a sociedade não tolera mais esse tipo de crime. E essa conscientização é

uma das mais poderosas armas de enfrentamento. Acredito, portanto, que a intensa mobilização da sociedade fará com que as autoridades

se empenhem cada vez mais na tarefa de combater essa tão grave violação dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Como está a proposta de instalação de uma comissão de acompanhamento das providências solicitadas pelo relatório?

A proposta já foi aprovada pela comissão parlamentar de inquérito quando da avaliação do seu relatório final. Aguardamos agora a publicação oficial do relatório para iniciarmos o processo de instalação da nova comissão. A Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente trabalhará para ser a instância coordenadora desse processo.



INCENTIVO Proposta de Romeu Tuma beneficia adolescentes de famílias pobres

Tuma quer facilitar estágio para jovem no serviço público

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai apreciar, em decisão terminativa, projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente (Pronaac). O objetivo é incentivar o governo federal a oferecer estágios para adoles-

Garantia a cônjuge vítima de violência aguarda sanção

Está esperando sanção presidencial projeto relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT) que muda o Código Civil para garantir ao cônjuge que abandonar o lar em virtude de risco iminente à sua integridade física ou moral, ou à dos filhos, os direitos decorrentes da posterior separação judicial (PLS 103/04). Pelo projeto, os direitos ficam assegurados desde que o pedido de separação judicial seja formulado até um mês após o abandono do lar.

Ainda de acordo com a ma-

centes pobres matriculados na rede regular de ensino.

De acordo com a proposta de Romeu Tuma, os órgãos da administração pública federal direta e indireta serão autorizados a admitir estagiários na proporção de até 10% do total de cargos ou empregos existentes em seu quadro de pessoal. O projeto beneficia os adolescentes entre 14 e 18 anos de idade.

A proposição exige ainda que a renda familiar do jovem seja de até dois salários mínimos, que ele esteja frequentando regularmente estabelecimento de ensino e que tenha aproveitamento satisfatório nos estudos.

– Além de preparar para o mercado de trabalho, o programa garante ao jovem bolsa de aprendizagem, em complementação à renda familiar do menor, e ainda vale-refeição, vale-transporte e vestuário específico para o exercício das atividades – explica o parlamentar.



DIREITOS Relatado por Serys, texto protege cônjuge que abandona o lar por ter sido vítima de agressão

téria, cabe ao cônjuge que abandonou o lar comprovar, mediante boletim de ocorrência policial ou outros meios legalmente admitidos, que sua integridade estava ameaçada.

A proposta foi aprovada pelo Senado em 24 de junho e enviada à sanção presidencial.

Rádio Senado debate aborto de feto sem cérebro

A anencefalia – anomalia grave caracterizada pela ausência de cérebro na formação do feto – é o tema do debate que a Rádio Senado FM realiza hoje, no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar ao meio-dia. A questão da liberação do aborto para esses casos, recentemente autorizada por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), deverá ocupar o centro das discussões. De acordo com as estatísticas médicas, a chance de vida dos bebês é igual a zero.

A posição da Igreja Católica, que é contra a liberação do aborto, vai ser explicada pelo bispo de Patos de Minas e secretário da CNBB, dom João Bosco de Faria. O advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Luiz Roberto Barroso, também vai participar do programa.

Os ouvintes podem participar ligando para o fone (61) 311 1182 ou enviando mensagens pelo e-mail conexao@senado.gov.br e pelo fax (61) 311 2777.

Mozarildo alerta contra projeto de exploração de florestas

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um alerta, na sexta-feira, contra projeto elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, e já encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República, para a concessão de exploração de riquezas da Amazônia. Apenas as organizações não-governamentais (ONGs), disse o senador, foram ouvidas até agora pelo governo sobre o tema.

– Como senador eleito por um

estado da Amazônia, eu nunca fui convidado para participar dessas discussões. Não é possível que o porta-voz do governo sejam as ONGs, que comandam o Ministério do Meio Ambiente. Isso é uma interferência clara na soberania do país.

Mozarildo manifestou a expectativa de que o Congresso mude "radicalmente" o enfoque do projeto, para priorizar a atuação dos governos estaduais e municipais,

além das empresas localizadas na Amazônia e das empresas brasileiras que queiram atuar na região.

Na sua opinião, o projeto de uso das florestas, tal como redigido, acabaria concedendo áreas a ONGs e a empresas estrangeiras. Ele disse que o Ministério do Meio Ambiente dificulta o crescimento do país, ao bloquear, pela falta de licenciamento ambiental, obras de usinas hidrelétricas, hidrovias e ferrovias. A seu ver, a ministra Marina Silva

"age como se fosse um governo à parte", contrariando a posição do presidente Lula favorável ao desenvolvimento.

Mozarildo elogiou artigo publicado no *site* da Fundação Getúlio Vargas (FGV) pelo meteorologista Carlos Nobre, segundo o qual a Amazônia pode vir a responder por 40% do produto interno bruto (PIB) do Brasil, se receber a mesma prioridade concedida ao agronegócio e à indústria aeronáutica.



RISCO Para Mozarildo, medida em exame pode conceder áreas a ONGs e empresas estrangeiras

Comissão decide sobre debate com Rousseff

■ Requerimento a ser votado convoca audiência sobre financiamento do setor elétrico

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar amanhã, a partir das 11h, requerimento para que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, seja convidada a discutir com os senadores do colegiado o gerenciamento e as possibilidades de atração de financiamentos do setor elétrico.

O requerimento foi apresentado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Delcídio Amaral (PT-MS). Além da ministra, eles querem convidar os pre-



VOTAÇÃO Na reunião de amanhã, comissão também examinará mensagem presidencial indicando dois conselheiros para a Anatel

sidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Márcio Artur Laurelli Cypriano, e o vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José

Luiz Alquéres.

Os senadores da comissão vão examinar, na mesma reunião, as mensagens presidenciais indicando Plínio de Aguiar Júnior e Elifas Chaves Gurgel para membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Tião Viana quer ampliar compensação

Os estados e municípios onde se localizam as nascentes de rios aproveitados para a geração de eletricidade poderão ter direito à compensação financeira já assegurada aos que abrigam usinas ou tenham seu território alagado para permitir a produção de energia. A medida está prevista em projeto de lei de iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC), submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O total da compensação financeira, determinada pela Lei 7.990, de 1989, corresponde a 6,75% do valor da energia elétrica produzida, e seu pagamento é feito pelo titular da concessão ou autorização para funcionamento da usina. Viana



MUDANÇA Proposta de Tião Viana estende royalties por energia a outros estados e municípios

argumenta, em defesa do projeto (PLS 56/04), que a extensão da compensação aos estados e municípios onde se encontram as nascentes dos rios utilizados "será garantia de sustentabilidade ambiental".

– Não parece justo excluir desse pagamento aqueles estados e municípios que possuam nascentes de rios cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétricas. Afinal, se esses mesmos estados e municípios não cuidarem dessas nascentes, todos os demais usuários dos recursos hídricos serão prejudicados – adverte Tião Viana na justificativa de seu projeto, que terá votação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na opinião do senador, a proposta segue os princípios do Protocolo de Kyoto, de prevenção de mudanças climáticas, segundo o qual "aqueles que preservam os recursos naturais devem ser remunerados".

Cabral sugere benefício para estado produtor de petróleo

Com o objetivo de compensar os estados produtores de petróleo e energia por perdas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apresentou projeto alterando a legislação sobre a política energética nacional

– O estado do Rio de Janeiro deixa de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com a regra discriminatória que determina o pagamento do ICMS do petróleo e energia no destino, quando todos os demais produtos têm a incidência do tributo na origem – alega o senador na justificativa da proposta. O parlamentar lembra que os demais estados produtores "também sofrem com essa discriminação".

De acordo com o projeto, os royalties e participações especiais pagos sobre os acréscimos de produção da exploração de gás natural e de petróleo terão esta distribuição: 75% para os estados produtores e confrontantes; e 25% para a União. A proposta determina ainda que 25% da parte que couber aos estados serão redistribuídos a municípios e outras setores.



REPARAÇÃO Objetivo de projeto de Sérgio Cabral é compensar perdas na arrecadação de tributos



GARANTIA Antero de Barros argumenta que obra não trará qualquer dano ao meio ambiente

Antero defende asfaltamento de rodovia entre MT e PA

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu, em discurso, a pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Ele afirmou que a obra é importante para o escoamento da soja do estado e permitirá que o preço da tonelada do produto chegue US\$ 30 mais barato aos portos da Europa e Estados Unidos.

O discurso de Antero foi motivado por reportagem publicada recentemente pela revista inglesa *The Economist* sobre o desmatamento da Amazônia. Segundo a revista, a obra da BR-163 é uma grande ameaça à floresta. O texto destaca que a responsabilidade pela pavimentação é do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

Antero informou que faltam somente 67 quilômetros de pavimentação da estrada em Mato Grosso. Após ser concluída essa etapa, ficará restando o trecho no Pará. Segundo o senador, a iniciativa não traz qualquer dano ao meio ambiente. Em aparte, o parlamentar mato-grossense recebeu apoio do senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Suspeita de imperícia e negligência deve ser denunciada

Qualquer pessoa que se vir diante de suspeita de imperícia, negligência ou imprudência de um médico ou outro profissional de saúde deve procurar o conselho que fiscaliza a categoria (*veja em Informações úteis*) para buscar orientação ou registrar denúncia. Os conselhos regionais são os órgãos responsáveis pela investigação de erros e práticas antiéti-

cas, cabendo a eles decidir sobre a punição que deverá ser aplicada. O profissional denunciado ou o denunciante pode recorrer da decisão regional junto ao conselho federal de cada entidade.

O profissional de saúde também pode responder na Justiça civil e criminal sobre sua conduta profissional. Para isso, é preciso que o paciente registre boletim de

ocorrência na delegacia de polícia e procure assistência jurídica, inclusive no Ministério Público.

Quando o problema ocorrer na rede pública de saúde, a reclamação deve ser feita na Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) ou no Procon, que também recebe denúncias e disponibiliza informações sobre estabelecimentos privados e profissionais liberais.



ATENÇÃO Legislação garante cuidados médicos a todos, sem distinção de sexo ou condição social

Waldemir Barreto/Agência Senado

Atendimento digno é direito do paciente

Todos os cidadãos têm direito a cuidados médicos e atendimento digno por parte dos profissionais de saúde, sem distinção de qualquer natureza. A legislação e os códigos de ética profissional estabelecem os procedimentos adequados e as puni-

ções aos que agirem com negligência, imprudência ou imperícia ou cometerem alguma conduta irregular na prestação de serviços de saúde.

Antes de procurar atendimento de profissionais, clínicas e hospitais, é aconselhável buscar informações nas

Procuradorias de Defesa do Consumidor (Procons) e nos conselhos regionais da categoria. O paciente deve conhecer seus direitos, assegurados em lei.

Nesta edição do **Especial Cidadania**, estão especificados os principais direitos dos usuários do sistema de saúde, as

propostas em tramitação no Congresso e os órgãos aos quais recorrer diante de ato irregular. Há ainda a relação dos conselhos federais dos profissionais de saúde, onde o cidadão pode obter os códigos de ética e os telefones dos conselhos regionais.

Códigos de ética e legislação impõem regras de conduta

Além dos códigos de ética instituídos pelos conselhos federais de cada categoria, a legislação resguarda os direitos dos usuários do sistema de saúde e dos serviços dos profissionais da área. Para conhecer a legislação, veja a Constituição, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), assim como o Código Civil (Lei 10.406/02) e o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Sobre o SUS, consulte a Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), que tornou obrigatório o atendimento público a todo cidadão, e a Lei 8.142/90, que criou os conselhos municipais, estaduais e federal de Saúde, permitindo a participação da população na gestão do Sistema Único de Saúde. Para conhecer melhor os conselhos, procure a Secretaria Municipal de Saúde do seu município.

Projetos – Tramitam no Senado e na Câmara vários projetos sobre o tema. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) é autor de projeto (PLS 79/03) que garante ao paciente o direito de ser informado sobre seu estado de saúde, inclusive com acesso ao prontuário. Da senadora licenciada Marina Silva é o projeto (PLS 5.908/01) que prevê fornecimento de transporte, alimentação e pousada, pelo SUS, ao paciente cujo tratamento é realizado fora de seu domicílio.

Na Câmara, aguarda exame a proposta (PL 2.631/00) do deputado Léo Alcântara (PSDB-CE) que cria ouvidorias no SUS. De Aírton Dipp (PDT-RS) é o projeto (PL 3.522/97) que estabelece procedimentos a serem adotados por instituições de saúde.

Profissional tem obrigação de se identificar

ATENDIMENTO

Todos têm direito a receber cuidados médicos e de saúde, sem distinção de raça, sexo, idade, condição social, nacionalidade, opinião política, religião ou por ser portador de qualquer doença infecto-contagiosa. O atendimento deve ser prestado também em períodos festivos, feriados ou durante greves profissionais. Os serviços oferecidos pelas redes públicas de saúde são gratuitos, inclusive nos hospitais particulares conveniados ao SUS. O paciente tem direito a ser identificado pelo nome e sobrenome, e não deve ser chamado por forma imprópria, desrespeitosa ou preconceituosa. O profissional de saúde deve portar um crachá visível, que contenha o nome completo, função e cargo.

ESTADO DE SAÚDE

O paciente tem direito de obter informações claras, objetivas e compreensíveis sobre o seu estado de saúde, diagnóstico e tratamentos a que será submetido. É direito dele também consultar o seu prontuário médico individual, que deve conter o histórico do doente, a evolução clínica, exames, conduta terapêutica e demais anotações. Para transferência ou encaminhamento a outro profissional ou unidade de saúde para continuidade do tratamento ou por ocasião da alta, o paciente tem direito a receber declaração, atestado ou laudo médico.

SIGILO PROFISSIONAL

As informações sobre o paciente são segredos profissionais. O médico ou outro profissional só poderá revelá-las com autorização expressa do paciente ou se houver riscos à saúde de terceiros, à saúde pública ou por imposição legal.

TRATAMENTO E EXAMES

É direito do paciente autorizar, ou não, procedimentos, investigações, tratamento ou conduta terapêutica a ser oferecida. Ele deve ser informado sobre o exame a que vai ser submetido e sua finalidade. A retirada de qualquer órgão do corpo só pode ser feita com seu prévio consentimento e ele tem direito de exigir que todos os materiais utilizados sejam rigorosamente esterilizados ou descartáveis e manipulados segundo normas de higiene e prevenção.

MEDICAMENTOS

O paciente tem direito a receber não só medicamentos e equipamentos básicos, mas também os de alto custo. Ele tem direito a receber as receitas com o nome genérico do medicamento, de forma legível, com assinatura do médico e carimbo contendo o número do registro no respectivo conselho profissional.

CLÍNICAS E HOSPITAIS

O paciente tem direito a que sua segurança e integridade física sejam assegurados nos estabelecimentos de saúde, públicos e privados, além de acesso às contas referentes às despesas de seu tratamento, exames, medicação, internação e outros procedimentos médicos. O paciente tem direito a manter sua privacidade para satisfazer suas necessidades fisiológicas. Tem direito a alimentação adequada e higiênica, tanto no leito como no ambiente onde estiver internado ou aguardando atendimento.

ACOMPANHAMENTO

O paciente tem direito a acompanhante, se desejar, nas consultas e nas internações. No parto, a parturiente poderá solicitar a presença do pai da criança. As visitas de parentes e amigos devem ser feitas em horários que não comprometam as atividades médicas e sanitárias.

DECLARAÇÕES

Os hospitais e maternidades são obrigados a fornecer a declaração de nascimento que registra o parto e o nascimento do bebê. É direito dos familiares de paciente falecido serem imediatamente avisados da morte e receberem declaração de óbito emitida pelo médico que o assistia, exceto quando houver evidências de morte violenta.

Fonte: Código de Ética Médica (Resolução CFM 1.246/88); Cartilha dos Direitos do Paciente, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo; e Associação das Vítimas de Erros Médicos (Avermes).

*O Especial Cidadania publicado na edição nº 1.979 do Jornal do Senado, no dia 2 de agosto, foi identificado como nº 40, mas se tratava do nº 39.



Informações úteis

Disque Saúde: 0800 61-1997

Disque Medicamentos: 0800 644-0644

Ouvidoria Geral do SUS

SEPN 511, Bloco C, Ed. Bittar IV

70750-543 Brasília (DF)

Tel: (61) 448-8900 e 448-8926

Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa)

Tel: (61) 448-1000

www.anvisa.gov.br

Conselho Federal de Medicina

Tel: (61) 445-5940

www.cfm.org.br

Conselho Federal de Odontologia

(CFO)

Tel: (21) 2122-2200

www.cfo.org.br

Conselho Federal de Farmácia (CFF)

Tel: (61) 2106-6552

www.cff.org.br

Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)

Tel: (61) 323-5065 e 322-3332

www.fonoaudiologia.org.br

Conselho Federal de Enfermagem

(Cofen)

Tel: (21) 2221-6365

www.portalcofen.com.br

Conselho Federal de Psicologia

(CFP)

Tel: (61) 429-0100

www.pol.org.br

Conselho Federal de Fisioterapia e

Terapia Ocupacional (Coffito)

Tel: (61) 321-2384

www.coffito.org.br

Conselho Federal de Nutricionistas

(CFN)

Tel: (61) 225-6027

www.cfn.org.br

Associação Médica Brasileira (AMB)

Tel: (11) 3178-6800

www.amb.org.br

Associação das Vítimas de Erros

Médicos (Avermes)

Tel: (21) 2262-5278 – Rio de Janeiro

www.avermes.com.br

Associação das Vítimas de Erros

Médicos

Tel: (11) 3257-1810 – São Paulo

www.associacaoerromedico.hpg.ig.com.br

Centro Brasileiro de Informação

sobre Medicamentos (Cebrim)

Tel: (61) 321-0555 ou 321-0691

Para denúncias contra planos de

saúde, ligue 0800 887-7700